

MEMÓRIA DA 4ª REUNIÃO DO GT PLANO DA BACIA - GESTÃO 2017-2019		
DATA: 22/11/2017	HORÁRIO: 14h00	LOCAL: FABHAT

LISTA DE PRESENÇA – GT Plano	
Entidade	Nome
CETESB	Marta Emerich
SABESP	Silene Cristina Baptistelli
EMAE	Daniel Jesus de Lima
SSRH	Marcio da Silva Queiroz
CIESP São Paulo	Ronaldo Sérgio Vasques
Coordenadora da CTMH	Lilian Barrella Peres
Coordenador da CTGI	Josué Marcos Barranco
CONVIDADOS	
Secretaria Executiva do CBH-AT	Ana Sedlacek
Companhia de Desen. Hab. e Urbano - CDHU	Monica T. Bartie Rossi
APU	Francisca Adalgisa da Silva
FABHAT	Shirley A. M. Salles
FABHAT	Hélio César Suleiman
JNS-COBRAPE	Claudio Evaldo Jr.
JNS-COBRAPE	Priscilla M. Piagentini
JNS-COBRAPE	Luiz Werneck

ASSUNTOS TRATADOS:

1. Abertura e Discussões

Hélio Suleiman, diretor-presidente da FABHAT, iniciou a reunião às 14h05 e agradeceu a presença de todos. Apresentou a pauta informando que a presente reunião é para analisar Relatórios: RA-02 e RA-03, bem como as Notas Técnicas: NT-01 NT-02 e NT-03. Prosseguiu questionando a todos se está satisfatória a forma utilizada para disponibilização dos Relatórios e Notas Técnicas. Devido tamanha extensão dos arquivos, conseqüentemente, dificuldades de envio por meio eletrônico, todos concordaram em manter a forma de disponibilização.

Hélio esclareceu que conforme disponibilização dos relatórios, a qualquer momento os representantes do GT poderiam se manifestar e automaticamente as contribuições eram encaminhadas ao Consórcio JNS para avaliação e ajustes.

Lilian prosseguiu informando que na parte de reflorestamento, a silvicultura e a agricultura estão na mesma classificação e observou que devem ser considerados em formas distintas.

O Consórcio justificou as razões para a manutenção da silvicultura e da agricultura na mesma categoria. Tal justificativa foi apresentada na NT-01, disponibilizada para a FABHAT e para o GT em 21/09/2017. Como não houve questionamento referente a Nota Técnica, o Consórcio manteve a metodologia. O Consórcio se propôs a revisar esta categorização juntamente com o auxílio do GT.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ

Lilian Barrella (CETESB) comentou que seu entendimento era que as observações a serem feitas de acordo com a disponibilização dos relatórios seriam feitas durante as reuniões deste grupo de acompanhamento.

Outra observação é a importância de a metodologia utilizada para identificar as áreas críticas, deveria estar dividida em sub-bacias devido particularidades de cada uma, entretanto, não estavam contempladas em nenhum dos relatórios.

O Consórcio comentou que a metodologia para determinação das áreas críticas está sendo estruturada por sub-bacia tal qual prevê o Termo de Referência. No entanto, esclareceu que a análise dos indicadores por temas críticos pode se dar por diversos recortes territoriais a depender do indicador: municípios, bacias de esgotamento, área de proteção de mananciais, zonas de demanda, sub-bacias. Contudo, com a reunião dos indicadores a determinação da área crítica se dará por sub-bacia. O Consórcio informou ainda que já vem trabalhando nesta metodologia e que acha importante apresentá-la ao GT, inicialmente por ser uma metodologia inédita e também para colher informações e possibilidades de aperfeiçoamentos junto ao grupo que é bastante diversificado.

Monica Bartie (CDHU) ressaltou a importância de a divisão estar em sub-bacias, pois a priorização dos projetos estruturais relacionados ao uso e ocupação do solo deverão estar de acordo com as necessidades específicas de cada uma. Também informou sobre os trabalhos do Plano de Desenvolvimento Urbano e Integrado - PDUI e da Secretaria da Habitação sobre assentamentos precários, trabalhos importantes que o consórcio pode e deve utilizar no PBHAT.

O Consórcio informou que apesar da Deliberação CRH no 146/2012 não trazer indicadores relacionados a assentamentos precários, o Consórcio está utilizando destes indicadores dada a sua importância para a análise da criticidade das sub-bacias.

Priscilla informou que todo o trabalho está sendo desenvolvido por sub-bacias, no entanto, esclareceu que algumas informações/indicadores são apresentadas por outros recortes territoriais tal qual ocorre com os Relatórios de Situação da BAT. No entanto, a análise crítica da BAT se dará por sub-bacias.

Lilian observou que em reunião conjunta das Câmaras Técnicas, ocorrida em 05 de setembro, foi consenso que o Plano seja desenvolvido por sub-bacias.

Hélio solicitou ao Luiz Werneck (JNS-Cobrape) para que iniciasse sua apresentação, pois algumas dúvidas que o grupo tenha possa ser esclarecida. A apresentação segue anexa a esta memória.

Durante a apresentação houve os seguintes questionamentos:

- ✓ Slide 02: Lilian questionou se não haverá um capítulo específico para as áreas críticas. Luiz Werneck confirmou alegando que inclusive será tema em uma das oficinas. O Consórcio esclareceu que há um capítulo específico para as áreas críticas – Capítulo 4 do Prognóstico tal qual prevê o TR e a Deliberação CRH 146/2012
- ✓ Slide 07: no que se refere ao cálculo do balanço hídrico, Hélio esclareceu que o cálculo é baseado nos dados do DAEE.
- ✓ Slide 14: Monica sugeriu que a EMPLASA informasse através de Notas Explicativas as justificativas de aumento/diminuição das áreas relacionadas a categorias de uso/cobertura do solo entre 2009-2017.
- ✓ Slide 18: Verificar a possibilidade e a necessidade de solicitar informações sobre a suscetibilidade de movimento de terra à Coordenadoria de Defesa Civil.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ

- ✓ Slide 19: verificar a possibilidade e a necessidade de solicitar informações sobre manchas e inundações ao IPT.
- ✓ Slide 20: Checar a informação de ocorrência de enchentes ou de inundação em Ferraz de Vasconcelos, uma vez que no período de 2014-2015 este índice está discrepante em relação aos demais.
- ✓ Slide 37: Lilian questionou se a metodologia utilizada para estabelecer os indicadores de demanda de água era equivalente ao da SABESP. Hélio esclareceu que a metodologia utilizada na SABESP não é a mesma que foi utilizada no Relatório de Situação. Marcio Queiroz (SSRH) comentou que ambas as metodologias podem ser utilizadas no Relatório de Situação. O Consórcio esclareceu que a metodologia apresentada no primeiro relatório de andamento (RA-01) segue as diretrizes da ANA e de outros estudos que analisam demandas. Os resultados são mais refinados e próximos da realidade do que se adotar metodologia que utiliza tão somente as outorgas. Neste mesmo slide foi sugerido revisar os dados pois foi observado que o índice do P.02-A (demanda urbana de água) é o mesmo do P.02-E (demanda estimada para abastecimento urbano).
- ✓ Slide 57: Marcio alertou para a inserção das prioridades de uso dos recursos hídricos, pois trata-se de necessidade de conter este item nos Planos de Bacias.

2. Encaminhamentos

- 2.1 Hélio comentou sobre os trâmites de funcionamento referente aos produtos entregues bem como os devidos pagamentos e solicitou aos integrantes deste grupo de trabalho para que se manifestem em relação aos Relatórios RA-02 e RA-03 até dia **30 de novembro**. Não havendo manifestações contrárias, ambos os produtos serão considerados aprovados.
- 2.2 Verificar a possibilidade de agendamento de reunião para discussão da metodologia que está sendo utilizada no PBHAT;
- 2.3 Encaminhar Ofício à EMPLASA solicitando Notas Explicativas quanto ao aumento/diminuição das áreas relacionadas a categorias de uso/cobertura do solo entre 2009-2017.
- 2.4 Caso seja considerado necessário, solicitar informações sobre a suscetibilidade de movimento de terra à Coordenadoria de Defesa Civil e informações sobre manchas e inundações ao IPT.